

DECRETO Nº 609 DE 16/03/2020

Publicado no DOE - PA em 17 mar 2020

Rep. - Dispõe sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do Estado do Pará, à pandemia do corona vírus COVID-19.



O Governador do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e

Considerando o reconhecimento, por parte da Organização Mundial da Saúde, como pandemia o surto do corona vírus COVID-19;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

Decreta:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do Estado do Pará, à pandemia do corona vírus COVID-19.

Art. 2º Fica suspenso, pelo prazo de 15 (quinze) dias, o seguinte:

I - o licenciamento e/ou autorização para eventos, reuniões e/ou manifestações, de caráter público ou privado e de qualquer espécie, com audiência maior ou igual a 500 (quinhentas) pessoas;

II - a utilização de ponto biométrico nos órgãos e/ou entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, devendo ser adotado outro meio que ateste a frequência, na forma do Decreto Estadual nº 333, de 04 de outubro de 2019;

III - o deslocamento, no interesse do serviço, nacional ou internacional de servidores públicos, empregados públicos e colaboradores eventuais da Administração Pública Estadual, salvo autorização expressa do Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado;

IV - o atendimento presencial nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, quando este puder ser mantido de modo eletrônico ou telefônico;

V - o agendamento de novos eventos promovidos ou apoiados pelo Poder Executivo Estadual, ainda que fora do prazo mencionado no caput deste artigo, enquanto estiver vigente o presente Decreto; e

VI - a concessão e o gozo de férias, licença-prêmio ou licença para tratar de interesses particulares nos órgãos e entidades da área de segurança pública e de saúde ou de qualquer outro setor estratégico para contenção da pandemia.

Art. 3º Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta poderão, a seu critério, autorizar:

I - a realização de trabalho remoto, especialmente aos servidores e empregados públicos que:

a) tenham idade maior ou igual a 60 (sessenta) anos;

b) estejam grávidas ou sejam lactantes;

c) apresentem doenças respiratórias crônicas, doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, hipertensão ou com imunodeficiência, devidamente comprovadas por atestado médico público ou privado;

d) apresentem febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais), independente de atestado médico; ou

e) tenham retornado de viagem a local onde haja casos confirmados de transmissão sustentada da COVID-19; e

II - a concessão de férias e licença-prêmio em unidades que possam ter sua carga de trabalho reduzida sem prejuízo ao serviço e ao atendimento à população.

§ 1º No caso do inciso I, alínea "e", o período de afastamento, a contar do regresso da viagem, será de 14 (quatorze) dias.

§ 2º A Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA) e a Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) deverão publicar protocolo de atendimento aos servidores e empregados públicos que se ausentarem na forma das alíneas "c" e "d" do inciso I do caput deste artigo, especialmente para fins de investigação e controle epidemiológico.

Art. 4º Observado o disposto neste Decreto, fica mantido o expediente em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

§ 1º As aulas das escolas da rede pública estadual de ensino ficam suspensas até o dia 31 de março de 2020, devendo ser mantida regularmente a oferta de merenda escolar.

§ 2º A Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) regulamentará o funcionamento mínimo das escolas estaduais para cumprimento da obrigação descrita no parágrafo anterior.

§ 3º A Universidade Estadual do Pará (UEPA) poderá regulamentar o funcionamento do curso de Bacharelado em área de saúde durante o período de suspensão das aulas, inclusive para treinamento e capacitação dos estudantes da área de saúde para atendimento de pessoas que apresentem sintomas ou tiverem sido contaminadas pelo COVID-19.

Art. 5º Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta da área de segurança pública e de saúde ou de qualquer outro setor estratégico para contenção da pandemia poderão, a seu critério, interromper ou suspender os afastamentos dos seus agentes, a fim de atender ao interesse público.

Parágrafo único. Fica excepcionado desde já aqueles agentes que estiverem de férias ou licença no exterior.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Anastasia, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2020

Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reconhecida, exclusivamente para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, notadamente para as dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

Art. 2º Fica constituída Comissão Mista no âmbito do Congresso Nacional, composta por 6 (seis) deputados e 6 (seis) senadores, com igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

§ 1º Os trabalhos poderão ser desenvolvidos por meio virtual, nos termos definidos pela Presidência da Comissão.

§ 2º A Comissão realizará, mensalmente, reunião com o Ministério da Economia, para avaliar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19).

§ 3º Bimestralmente, a Comissão realizará audiência pública com a presença do Ministro da Economia, para apresentação e avaliação de relatório circunstanciado da situação fiscal e da execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19), que deverá ser publicado pelo Poder Executivo antes da referida audiência.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de março de 2020.

SENADOR ANTONIO ANASTASIA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.3.2019 - Edição extra C



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL

Pedro Coelho da Mota Filho

Prefeito Municipal

Landry Adelino de Souza

Vice-Prefeito

I P M C

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL

Fátima Conceição Ramalho Takano

Presidente do IPMC

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHAL

ALACIR VIEIRA CÂNDIDO JÚNIOR

Presidente

EDIVAM SOUZA DAMASCENO

1º Vice-Presidente

CARLOS ALBERTO DE SOUSA SAMPAIO

2º Vice-Presidente

ANTÔNIO LEITE DE OLIVEIRA

1ª Secretário

ROMILDO MÁRCIO RAMOS DA COSTA

2ª Secretário

MARIA DE JESUS OLIVEIRA MOREIRA

3ª Secretária

JOSÉ JANILDO SOUSA NASCIMENTO

4ª Secretário

VÂNIA NASCIMENTO DA SILVA

1º Suplente

ORISNEI SILVA DO NASCIMENTO

2º Suplente

Diário Oficial

Responsabilidade:

Secretaria Municipal de Administração



DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada situação de emergência no Município de Castanhal, proveniente do risco de infecção humana, em virtude da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Art. 2º. Este Decreto dispõe sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do Município de Castanhal - PA, à pandemia do coronavírus COVID-19.

Art. 3º. Fica criado o Comitê de Operações em Saúde Pública -COESP para adoção de medidas de enfrentamento da pandemia do COVID-19, coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde -SESMA, com a responsabilidade de cuidar das ações técnicas e medidas operacionais, além da expedição de procedimentos de contingência viral no território do Município de Castanhal, através de plano de trabalho.

Parágrafo único. O Comitê referido no caput será constituído por representantes dos órgãos e entidades:

I. Prefeito Municipal de Castanhal;
II. Gabinete da Prefeitura Municipal de Castanhal;
III. Secretaria Municipal de Saúde/Coordenadoria Municipal de Vigilância em Saúde;

IV. Secretaria Municipal de Educação;

V. Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte;

VI. Coordenadoria de Defesa Civil;

VII. Guarda Civil do Município de Castanhal;

VIII. Câmara Municipal de Castanhal;

IX. 5º Batalhão da Polícia Militar de Castanhal;

X. Superintendência da Polícia Civil;

XI. Defensoria Pública do Estado do Pará;

XII. Associação Comercial e Industrial de Castanhal- ACIC;

XIII. Corpo de Bombeiros do Município de Castanhal;

XIV. Polícia Rodoviária Estadual;

XV. Polícia Rodoviária Federal.

Art. 4º. Fica suspenso, pelo prazo de 15 (quinze) dias, o seguinte:

I - o licenciamento e/ou autorização para festas, shows, eventos, atos e cultos de caráter religioso ou assistencial e/ou manifestações, de caráter público ou privado;

II - Suspensão imediata de todas as atividades culturais, esportivas, educacionais ou recreativas promovidas pelo poder público ou particulares;

Parágrafo único. Em casos de reunião de caráter público ou privado de natureza não festiva, recomenda-se a sua não realização, nas hipóteses com o número acima de 15 pessoas, e/ou em que haja pessoas que retornaram de viagem nos últimos 14 dias, ou quem com elas tiveram contato, bem como as que apresentem sinais e sintomas gripais.

Art. 5º. Fica suspenso, pelo prazo de 15 (quinze) dias, o seguinte:

I - a utilização de ponto biométrico nos órgãos e/ou entidades da Administração Pública Municipal, devendo ser adotado outro meio que ateste a frequência;

II - o atendimento presencial ao público em todas as repartições públicas, com exceção aos serviços essenciais ou quando este puder ser mantido por meio eletrônico;

III - o deslocamento, no interesse do serviço, nacional de servidores públicos, empregados públicos e colaboradores eventuais da Administração Pública Municipal, salvo autorização expressa do Prefeito Municipal;

IV - o deslocamento, no interesse do serviço, entre os municípios do Estado do Pará, de servidores públicos, empregados públicos e colaboradores eventuais da Administração Pública Municipal, salvo autorização do Secretário Municipal;

V - o agendamento de novos eventos promovidos ou apoiados pelo Poder Executivo Municipal, ainda que fora do prazo mencionado no caput deste artigo, enquanto estiver vigente o presente Decreto;

Parágrafo único. As secretarias Municipais que exercem atividades administrativas poderão estabelecer escalas de jornada de trabalho para que não haja concentração de pessoas, com exceção dos serviços essenciais.

DECRETOS

DECRETO Nº023/20, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL-PA, A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS COVID-19.

O Prefeito Municipal de Castanhal, Estado do Pará, senhor PEDRO COELHO DA MOTA FILHO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 115, VI da Lei Orgânica do Município de Castanhal:

Considerando o reconhecimento, por parte da Organização Mundial da Saúde, como pandemia o surto do coronavírus COVID-19.

Considerando o disposto no Decreto Estadual nº 609, de 16 de março de 2020.

Considerando a necessidade de adotar e recomendar medidas emergenciais e temporárias, a fim de conter a propagação da infecção e transmissão local, preservando a saúde da população em geral, bem como a regular prestação dos serviços públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Castanhal, no período da pandemia.

Art. 6º. Estão vedados, durante a vigência deste Decreto, os deslocamentos internacionais de servidores públicos, empregados públicos e colaboradores eventuais da Administração Pública Municipal.

Art. 7º. Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Municipal poderão, a seu critério, autorizar:

I - a realização de trabalho remoto, especialmente aos servidores e empregados públicos que:

- a) tenham idade maior ou igual a 60 (sessenta) anos;
- b) estejam grávidas ou sejam lactantes;
- c) apresentem doenças respiratórias crônicas, doenças cardiovasculares, câncer, diabetes, hipertensão ou com imunodeficiência, devidamente comprovadas por atestado médico público ou privado;
- d) apresentem febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais), independente de atestado médico; ou
- e) tenham retornado de viagem nacional/internacional onde haja casos confirmados de transmissão sustentada da COVID-19; e

Parágrafo Único. No caso do inciso I, alínea "e", o período de afastamento, a contar do regresso da viagem, será de 15 (quinze) dias.

Art. 8º. Observado o disposto neste Decreto, fica mantido o expediente em todos os órgãos e entidades da Administração Municipal.

§1º. As aulas das escolas da rede pública municipal de ensino ficam isentas até o dia 31 de março de 2020.

§2º Ficam mantidas nas unidades de ensino da rede municipal os serviços administrativos com redução de pessoal e horário de funcionamento, além de suspensão do atendimento presencial ao público.

§3º É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação a emissão de instrução normativa orientando como serão ofertados os serviços considerados urgentes nas unidades de ensino durante o período de suspensão das atividades letivas.

§4º. Recomenda-se que as escolas da rede privada de ensino adotem as medidas previstas no §1º deste artigo, respeitando a sua autonomia e responsabilidade.

Art. 9º. Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal da área de saúde ou de qualquer outro setor estratégico para contenção da pandemia poderão, a seu critério, interromper ou suspender os afastamentos dos seus agentes, a fim de atender ao interesse público.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte deverão adotar atividades educativas e medidas preventivas para a população e para prestadores de serviços e transportes públicos, bem como no terminal rodoviário Edgar Titan.

Art. 11. Ficam suspensas, a partir do dia 20 de março de 2020, as atividades de atendimento ao público "in loco" dos seguintes estabelecimentos dentro do município de Castanhal, pelo período de 15 (quinze) dias, prorrogáveis conforme interesse público:

I. Bares, pubs, boates, casas noturnas, conveniências, similares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com ou sem entretenimento;

II. Restaurantes, pizzarias, hamburguerias, lanchonetes, pastelarias, padarias, Pit Dogs, e outros estabelecimentos especializados em servir alimentação;

III. Atividades coletivas de cinema;

IV. Academias e atividades de condicionamento físico de ensino de esportes e de todas as modalidades;

V. Clubes sociais e esportivos;

VI. Parques de diversão e similares;

§1º. Ao comércio e serviços em geral, bancos, supermercados, farmácias e casas lotéricas, recomenda-se que adotem medidas para evitar aglomerações em seus espaços.

§2º. Para os estabelecimentos elencados nos incisos I e II, o funcionamento poderá ser até às 20:00, desde que adotem procedimento interno para evitar aglomeração de pessoas em seu estabelecimento.

§3º. Fica autorizado aos estabelecimentos previstos nos incisos I e II, a realização de atividades de produção após as 20:00 horas, tão somente de entrega/delivery, de forma a não haver o consumo de alimentos e a permanência de pessoas no local.

§4º. As empresas devem determinar o funcionamento de seus refeitórios mediante escala, a fim de impedir a aglomeração de pessoas.

Art. 12. O não cumprimento das determinações previstas no presente decreto, acarretará as devidas sanções administrativas

advindas do Poder de Polícia e cancelamento do Alvará de Funcionamento.

Art. 13. Todo cidadão que adentrar no Município de Castanhal - Estado do Pará, proveniente de viagens nacionais e internacionais, deverá seguir os protocolos indicados, que recomendam isolamento domiciliar de no mínimo 15 (quinze) dias.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando o Decreto Municipal nº 022/2020.

Art. 15 - Publique-se, registre-se, cumpra-se e dê-se ciência. Palácio Maximino Porpino da Silva, aos 20 dias do mês de março de 2020.

Pedro Coelho da Mota Filho

Prefeito Municipal

REGISTRADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, NA MESMA DATA.

Danielle Fonseca-Sena

Secretária de Administração



SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
Instrução Normativa SEFIN nº 001/2020 de 20 de março de 2020

ALTERA O CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2020

O SECRETÁRIO FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 120, da Lei Orgânica do Município, o inciso II, do art. 20, da Lei Complementar municipal nº 001/2003 e os arts. 26, 81, 90, §2º, 94, 100, da Lei Complementar municipal nº 001/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Com base no Decreto nº022/20, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito do município de Castanhal/PA, à pandemia do corona vírus (COVID-19), os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Instrução Normativa nº 003/19, de 30 de dezembro de 2019, passarão a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. O pagamento em cota única do IPTU/2020 deverá ocorrer até o dia 30 de abril de 2020, aplicando-se desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor do crédito tributário devido.

Parágrafo único. Após o dia 01 de maio de 2020, o valor da cota única deverá ser corrigido pelo IPCA-E (IBGE), sem o desconto previsto no caput, observando-se o art. 4º.

Art. 3º. O contribuinte poderá requerer, junto a SEFIN, o parcelamento do crédito tributário da cota única do IPTU, sem o desconto previsto no art. 2º, em até 08 (oito) parcelas, com vencimentos com periodicidade máxima mensal.

(...)

Art. 4º. Será concedido desconto de 10% sobre o valor do crédito tributário do IPTU devido, cumulativo ao desconto previsto no art. 2º, ao contribuinte que, até o dia 30 de abril de 2020, realizar a atualização cadastral de seus dados e de seu imóvel, perante a SEFIN.

(...)

Art. 5º. (...)

Parágrafo único. Excepcionalmente, o crédito tributário do ISS das competências de março e abril de 2020, poderão ser recolhidos até o décimo dia do mês de maio de 2020, sem penalidades.

Art. 6º. O ISS devido pelos prestadores de serviços de forma pessoal (profissionais liberais) seguirá os valores definidos na legislação tributária, devendo ser recolhido em uma única prestação até o dia 30 de abril de 2020 ou, a requerimento do interessado, em até 03 (três) parcelas, com vencimentos mensais e consecutivos, corrigidas pelo IPCA-E.

Art. 7º. (...)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL

Pedro Coelho da Mota Filho

Prefeito Municipal

Landry Adelino de Souza

Vice-Prefeito

I P M C

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL

Fátima Conceição Ramalho Takano

Presidente do IPMC

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHAL

ALACIR VIEIRA CÂNDIDO JÚNIOR

Presidente

EDIVAM SOUZA DAMASCENO

1º Vice-Presidente

CARLOS ALBERTO DE SOUSA SAMPAIO

2º Vice-Presidente

ANTÔNIO LEITE DE OLIVEIRA

1ª Secretário

ROMILDO MÁRCIO RAMOS DA COSTA

2ª Secretário

MARIA DE JESUS OLIVEIRA MOREIRA

3ª Secretária

JOSÉ JANILDO SOUSA NASCIMENTO

4ª Secretário

VÂNIA NASCIMENTO DA SILVA

1º Suplente

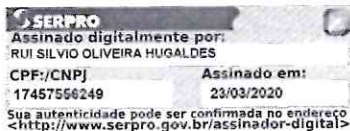
ORISNEI SILVA DO NASCIMENTO

2º Suplente

Diário Oficial

Responsabilidade:

Secretaria Municipal de Administração



DECRETOS

DECRETO Nº024/20, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CASTANHAL-PA, A PANDEMIA DO CORONA VÍRUS COVID-19.

O Prefeito Municipal de Castanhal, Estado do Pará, senhor PEDRO COELHO DA MOTA FILHO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 115, VI da Lei Orgânica do Município de Castanhal:

Considerando o reconhecimento, por parte da Organização Mundial da Saúde, como pandemia o surto do coronavírus COVID-19.

Considerando o disposto no Decreto Estadual nº 609, de 16 de março de 2020.

Considerando a necessidade de adotar e recomendar medidas emergenciais e temporárias, a fim de conter a propagação da infecção e transmissão local, preservando a saúde da população em geral, bem como a regular prestação dos serviços públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Castanhal, no período da pandemia.

DECRETA:

Art. 1º. Fica corroborada a situação de emergência no Município de Castanhal, declarada pelo Decreto municipal nº 023/2020, decorrente do risco de infecção humana, em virtude da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Art. 2º. Este Decreto dispõe sobre a expansão das medidas de enfrentamento, no âmbito do Município de Castanhal - PA, à pandemia do coronavírus COVID-19.

Art. 3º. Fica mantido o Comitê de Gerenciamento de crise para estabelecimento de medidas de enfrentamento à pandemia do COVID-19, coordenado pela Secretaria Municipal de Saúde - SMS, com a responsabilidade de cuidar das ações técnicas e medidas operacionais, além da expedição de procedimentos de contingência viral no território do Município de Castanhal, através de plano de trabalho.

Parágrafo único. O Comitê será constituído por representantes dos órgãos e das entidades seguintes:

I. Prefeito Municipal de Castanhal;
II. Gabinete da Prefeitura Municipal de Castanhal;
III. Secretaria Municipal de Saúde/Coordenadoria Municipal de Vigilância em Saúde;

IV. Secretaria Municipal de Assistência Social

V. Secretaria Municipal de Educação;

VI. Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte;

VII. Coordenadoria de Defesa Civil;

VIII. Guarda Civil do Município de Castanhal;

IX. Câmara Municipal de Castanhal;

X. Ministério Público do Estado do Pará

XI. 5º Batalhão da Polícia Militar de Castanhal;

XII. Superintendência da Polícia Civil;

XIII. Defensoria Pública do Estado do Pará;

XIV. Associação Comercial e Industrial de Castanhal - ACIC;

XV. Corpo de Bombeiros do Município de Castanhal;

XVI. Polícia Rodoviária Estadual;

XVII. Polícia Rodoviária Federal.

XVIII. Sindicato do Comércio de Castanhal

Art. 4º. Ficam suspensas, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste decreto:

I - os licenciamentos e/ou autorizações para festas, shows, eventos, atos e cultos de caráter religioso ou assistencial e/ou manifestações, de caráter público ou privado;

II - as atividades culturais, esportivas, educacionais ou recreativas promovidas pelo poder público ou particulares;

§1º. Está vedada a realização de reunião de caráter privado de natureza não festiva, independentemente do número de pessoas.

§2º. A reuniões presenciais, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Municipal, estão autorizadas apenas aquelas em razão do serviço de caráter essencial.

Art. 5º. Fica também suspenso, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação deste decreto:

I - a utilização de ponto biométrico nos órgãos e/ou entidades da Administração Pública Municipal, devendo ser adotado outro meio que ateste a frequência;

II - o atendimento presencial ao público em todas as repartições públicas municipais, com exceção aos serviços essenciais e as demandas em caráter de urgência ou quando este puder ser mantido por meio eletrônico;

III - o deslocamento, no interesse do serviço, nacional de servidores públicos, empregados públicos e colaboradores eventuais da Administração Pública Municipal, salvo autorização expressa do Prefeito Municipal;

IV - o deslocamento, no interesse do serviço, entre os municípios do Estado do Pará, de servidores públicos, empregados públicos e colaboradores eventuais da Administração Pública Municipal, salvo autorização do Secretário Municipal;

V - o agendamento de novos eventos promovidos ou apoiados pelo Poder Executivo Municipal, ainda que fora do prazo mencionado no caput deste artigo, enquanto estiver vigente o presente Decreto;

§1º. As Secretarias Municipais que exercerem atividades administrativa poderão estabelecer, mediante instrução normativa do respectivo Secretário,

escalas de jornada de trabalho para que não haja concentração de pessoas, com exceção dos serviços essenciais.

§2º. Não se inclui na suspensão prevista no inciso IV o deslocamento para o exercício normal da jornada de trabalho de servidores públicos, empregados públicos e colaboradores eventuais da Administração Pública Municipal, que residam em outros municípios.

Art. 6º. Estão vedados, durante a vigência deste Decreto, os deslocamentos internacionais de servidores públicos, empregados públicos e colaboradores eventuais da Administração Pública Municipal.

Art. 7º. Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Municipal poderão, a seu critério, autorizar:

I - a realização de trabalho remoto, especialmente aos servidores e empregados públicos que:

- a) tenham idade maior ou igual a 60 (sessenta) anos;
 - b) estejam grávidas ou sejam lactantes, até os 06 (seis) meses de vida, de acordo com a classificação estabelecida pelo Ministério da Saúde;
 - c) apresentem doenças respiratórias crônicas, doenças cardiovasculares, câncer ou em situação recidiva, diabetes, hipertensão ou com imunodeficiência, devidamente comprovadas por atestado médico, público ou privado, e, se necessário a critério do Secretário, seja cancelados pela Comissão de Avaliação da Saúde, da Secretaria de Saúde e Coordenadoria de Vigilância em Saúde;
 - d) apresentem febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais), independente de atestado médico; ou
 - e) tenham retornado de viagem nacional/internacional onde haja casos confirmados de transmissão sustentada da COVID-19; e
- Parágrafo Único. No caso do inciso I, alínea "e", o período de afastamento, a contar do regresso da viagem, será de 15 (quinze) dias.

Art. 8º. As aulas presenciais das escolas da rede pública e privada municipal de ensino ficam suspensas até o dia 31 de março de 2020.

§1º. Na vedação prevista no caput incluem-se toda e qualquer atividade de ensino presencial, tais como cursos profissionalizantes, escolas de línguas, aulas de reforços, preparatórios pré-vestibulares ou de concursos e congêneres.

§2º. Ficam mantidas nas unidades de ensino da rede municipal os serviços administrativos com redução de pessoal e horário de funcionamento, além de suspensão do atendimento presencial ao público.

§3º. É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação a emissão de instrução normativa orientando como serão ofertados os serviços considerados urgentes nas unidades de ensino durante o período de suspensão das atividades letivas.

Art. 9º. Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal da área de saúde ou de qualquer outro setor estratégico para contenção da pandemia, poderão, a seu critério, interromper ou suspender os afastamentos dos seus agentes, a fim de atender ao interesse público.

Art. 10. A Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SEMUTRAN) deverá adotar atividades educativas e medidas preventivas para a população e para prestadores de serviços e transportes públicos, bem como no terminal rodoviário Edgar Titan.

Parágrafo único. O Secretário da SEMUTRAN poderá expedir instruções normativas ou ordens de serviços ao fiel cumprimento deste Decreto, estabelecendo:

- I – a limitação ou a cessação do serviço público de transporte municipal de ônibus e vans de passageiros;
- II – a permissão de tráfego de ônibus unicamente com passageiros sentados, respeitando-se distância lateral mínima de um assento entre si, com exceções à menores de 12 (doze) anos, idosos, pessoas com deficiência;
- II – a obrigação de higienização dos ônibus a cada trajeto completo;
- III – a obrigação dos motoristas de táxi permanecerem nos respectivos veículos ou em distância mínima de 1,5m (um metro e meio) entre si, enquanto estiverem nos pontos de táxi;

IV – a obrigação de higienização de veículos de transporte individual de passageiros, por táxi ou por aplicativos;

V – a higienização dos capacetes dos passageiros ou o fornecimento de equipamentos de proteção individual a cada corrida de mototáxi;

VI – o fechamento de vias públicas em razão do funcionamento de feiras, para controlar o número de pessoas, evitando aglomeração;

VII – medidas que evitem a aglomeração de pessoas em pontos de ônibus.

Art. 11. Mantém-se a suspensão, a partir da data da publicação deste decreto, das atividades de atendimento ao público "in loco" dos seguintes estabelecimentos dentro do município de Castanhal, pelo período de 15 (quinze) dias, prorrogáveis conforme interesse público:

I. Bares, pubs, boates, casas noturnas, conveniências, similares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com ou sem entretenimento;

II. Restaurantes, pizzarias, hamburguerias, lanchonetes, pastelarias, Pit Dogs e outros estabelecimentos especializados em servir alimentação;

III. Atividades coletivas de cinema;

IV. Academias e atividades de condicionamento físico de ensino de esportes e de todas as modalidades;

V. Clubes sociais, esportivos e balneários;

VI. Parques de diversão e similares;

§1º. Ressalvadas as atividades previstas no caput, estão autorizados a funcionar as atividades de comércio e prestação de serviços em geral, de natureza essencial e não-essencial, desde que adotem as seguintes medidas:

I – distância mínima de 1,5m (um metro e meio) entre pessoas, quando houver filas;

II – controlar e limitar o número de pessoas no interior do estabelecimento a 01 (uma) pessoa a cada 2,00m² (dois metros quadrados) de área de livre acesso ao público;

III – controlar na área externa do estabelecimento, incluindo calçadas frontais e adjacentes, a aglomeração de pessoas, observando os limites estabelecidos nos incisos I e II;

IV – manter higienizados balcões, corrimões, carrinhos, cestinhas, portas, maçanetas, janelas, torneiras e demais locais de contato frequente do público nos estabelecimentos;

§2º. São considerados serviços, de natureza privada, essenciais à população:

I – bancos;

II – casas lotéricas

III – supermercados, feiras e mercados

IV – farmácias

V – padarias

§3º. O funcionamento das atividades não-essenciais observará as determinações de Decretos ou demais atos normativos do Estado do Pará.

§4º. Os estabelecimentos previstos nos incisos I e II, do caput, estão autorizados a realizar atividades de produção de alimentos e bebidas para retirada pelo consumidor ou entrega em domicílio, mediante serviço de delivery, sendo vedada a permanência de consumidores no local.

§5º. O descumprimento das medidas estabelecidas neste artigo implicará na imediata suspensão e embargo da atividade e posterior cassação da licença de localização e funcionamento.

Art. 12. Todo cidadão que adentrar no Município de Castanhal - Estado do Pará, proveniente de viagens nacionais e internacionais, deverá seguir os protocolos indicados que recomendam isolamento domiciliar de no mínimo 15 (quinze) dias.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário, inclusive o Decreto Municipal nº 023/2020.

Art. 14 - Publique-se, registre-se, cumpra-se e dê-se ciência.

Palácio Maximino Porpino da Silva, aos 23 dias do mês de março de 2020.

Pedro Coelho da Mota Filho

Prefeito Municipal

REGISTRADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, NA MESMA DATA.

Danielle Fonseca-Sena

Secretária de Administração